

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
- IFAP CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.**

ADRIANE SANTOS TOLOZA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ELENCAR A EDUCAÇÃO HUMANIZADA
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM NA EJA DA EMEF Prof.a VERA
LÚCIA DA 1º FASE/ETAPA**

PORTO GRANDE – AP

2022

ADRIANE SANTOS TOLOZA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ELENCAR A EDUCAÇÃO HUMANIZADA
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM NA EJA DA EMEF Prof.a VERA
LÚCIA DA 1º FASE/ETAPA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), como requisito avaliativo para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Diogo Angeli Theotonio

PORTO GRANDE – AP

2022

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ELENCAR A EDUCAÇÃO HUMANIZADA
NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM NA EJA DA EMEF Prof.a VERA
LÚCIA DA 1º FASE/ETAPA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), como requisito avaliativo para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Diogo Angeli Theotonio

Banca Examinadora formada por:

Presidente Prof. Me. Diogo Angeli Theotonio

Profª Esp. Darléia Ferreira de Moraes

Profª Esp. Eloísa A. da Silva de Oliveira

Aprovados em: ____/____/____

Nota: _____

RESUMO

O presente trabalho tem sua relevância para comunidade em geral e busca informações que levam a fazer uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos e as peculiaridades dos indivíduos, construído conhecimento, habilidades, competências e valores que transcendem nos passos formais, para o reconhecimento do sujeito. Em consonância esta pesquisa se tornou importante para a autora da pesquisa, no momento em que foi para o estágio, e teve a oportunidade de observar o tipo de metodologia de ensino que são aplicadas, divergindo do que ensinava, Paulo Freire e Rubens Alves. Com uma educação na qual o professor consegue despertar a vontade do aluno em querer conhecer e aprender, este será um melhor ser humano. Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, o trabalho foi construído com o objetivo de analisar se a escola Vera Lúcia Pinon Nery, tem em suas metodologias a educação humanizada na EJA especificamente na primeira fase/etapa, tendo em vista que os alunos dessa modalidade necessitam de um acolhimento/avaliação diferenciada.

Palavras-chave: Humanização, Educação inclusiva , formação continuada.

ABSTRACT

The present work has its relevance for the community in general and seeks information that lead to a reflection on the education of young people and adults and the peculiarities of individuals, building knowledge, skills, competences and values that transcend the formal steps, for the recognition of the subject. In line with this, this research became important for the author of the research, when she went to the internship, and had the opportunity to observe the type of teaching methodology that is applied, diverging from what Paulo Freire and Rubens Alves taught. With an education in which the teacher manages to awaken the student's desire to know and learn, he will be a better human being. For the development of the present work, bibliographic and field research were used, the work was built with the objective of analyzing whether the Vera Lúcia Pinon Nery school has in its methodologies humanized education in EJA specifically in the first phase / stage, in view of that students of this modality need a differentiated reception/assessment.

Keywords: Humanization, Inclusive education, continuing education.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 METODOLOGIA	
3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	08
3.1 ASPECTOS HISTORICOS.....	08
3.2 OS TIPOS DE ENSINO E O EDUCADOR	16
3.3GESTÃO ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA PARA O EJA.....	17
	21
4 LEGISLAÇÃO E A EVASÃO ESCOLAR.....	
4.1 A EJA E O PROCESSO DE ENSINO.....	21
4.2 A LEGISLAÇÃO.....	22
4.3 EVASÃO ESCOLAR.....	27
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO AMAPÁ.....	33
5.1 ESPECIFICIDADE NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO AMAPÁ - RESOLUÇÃO Nº 27/2015 – CEE/AP.....	34
5.2 EDUCAÇÃO HUMANIZADORA.....	38
6 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES.....	
7. RESULTADOS E CONCLUSÕES	39
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira teve muitos avanços e retrocessos com a inclusão do Mobral no ensino, com o objetivo de minimizar os índices de analfabetismo, o Mobral foi uma ação positiva para aquelas pessoas que não puderam estudar durante seu período regular. Com o passar dos tempos em 1985 o Mobral deixou de existir, dando lugar a Educação de Jovens e Adultos, a EJA.

A EJA por sua vez é uma modalidade de ensino que foi criada pelo governo federal pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Com o intuito de promover a inclusão social, com isso garantir o acesso de jovens e adultos à educação.

Ao falar de educação humanizada, faz necessário que é a ação ou efeito de humanizar, de tornar humano ou mais humano, tornar benévolo, tornar afável. Como relata (ALVES, 2021), que a missão do professor é provocar a leitura é provocar espanto, a curiosidade.

A humanização da educação prevê que o tempo e o ritmo de aprendizado de cada indivíduo devem ser respeitados. Ao buscar o conhecimento prévio que cada aluno traz em seu repertório, o professor ajuda a construir pontes, e fazer despertar o interesse, seja por uma ferramenta do dia a dia, ou pelo conhecimento do mundo das leituras.

E esta ideia vem da mesma fonte da metodologia Freiriana, segundo seu autor Humanização é a ação ou efeito de humanizar, de tornar humano ou mais humano, tornar benévolo, tornar afável (FREIRE, 1980). Não Permitindo a ele o poder de decidir, caracteriza uma sociedade não democrática, abrindo caminho para a opressão, que fecha caminhos para os pobres, afastando destes a própria educação, na pronúncia do mundo, enquanto capacidade.

EJA e Educação Humanizada tem uma grande relação tendo em vista o perfil do aluno da EJA, que muitas das vezes são adultos/jovens que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa devido muitos impedimentos como: situação financeira, gravidez precoce, por morarem em locais de difícil acesso, por serem titulados pais de famílias, longas jornadas de trabalho, etc...

A educação humanizada é uma metodologia que busca compreender os anseios desses alunos, em conjunto com a família, corpo escolar e sociedade. Logo vemos a relação entre a EJA e a Educação humanizada.

Este estudo possui como objetivo geral; a educação humanizada está fazendo parte do processo de ensino/aprendizagem na EJA da escola Vera Lúcia Pinon Nery em razão do perfil dos alunos?

Tem como objetivos específicos elencar a historicidade analisando o ensino da EJA frente o olhar da gestão escolar; Quais os tipos de metodologias aplicadas na EJA da escola Vera Lúcia Pinon Nery; O que é educação Humanizadora; A educação humanizadora está fazendo parte do processo de ensino/aprendizagem da escola; Qual a legislação nacional e no Amapá que apoia a EJA?

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, descritiva com abordagem qualitativa e de campo . A pesquisa será feita mediante consulta nas fontes de dados referenciadas, a fim de preencher as lacunas da pesquisa. E de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental professora Vera Lúcia Pinon Nery. Os dados serão analisados em texto discursivo, buscando respostas à problemática da pesquisa científica. Os resultados e análise serão apresentados na forma de quadros e discussão teórica.

O presente trabalho tem sua relevância para comunidade em geral e busca informações que levam a fazer uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos e as peculiaridades dos indivíduos, construindo conhecimento, habilidades, competências e valores que transcendem nos passos formais, para o reconhecimento do sujeito. Em consonância esta pesquisa se tornou importante para a autora da pesquisa, no momento em que foi para o estágio, e teve a oportunidade de observar o tipo de metodologia de ensino que são aplicadas na EJA, onde o professor é o detentor do conhecimento, divergindo do que ensinava, Paulo Freire e Rubens Alves. Com uma educação na qual o professor consegue despertar a vontade do aluno em querer conhecer e aprender, este será um melhor ser humano.

2 METODOLOGIA

Trata-se um estudo de abordagem de revisão bibliográfica e de campo, no qual se buscará alcançar os objetivos e confirmar e/ou refutar as hipóteses deste estudo.

A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002, p. 45):

[...] que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Para isto, a proponente da pesquisa fará buscas em diversas bases de dados, análises de documentos oficiais para a escrita do artigo de revisão bibliográfica, conforme critérios a seguir estipulados.

Para essa pesquisa se utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica, com as obras correlatas ao tema, através publicações de livros, físicos e virtuais, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico; e a pesquisa de campo em busca de obter resultados para confirmar ou refutar as hipóteses desse estudo.

A pesquisa de campo por sua vez segundo Gonçalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. (GONÇALVES, 2001, p. 67).

As pesquisas foram realizadas virtualmente e presencialmente com a pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental professora Vera Lúcia Pinon Nery na primeira fase da EJA, com a observação no primeiro momento e depois feito um questionamento com a utilização de um questionário. A pesquisa foi realizada na cidade de Macapá - AP e mediante isso não houve custo financeiro/aquisitivo nenhum.

Os dados serão agrupados, em quatro títulos e seções secundárias e terciárias com bases em estudos de temas correlatos ao assunto a ser pesquisado no respectivo trabalho e de doutrinadores e estudiosos da educação e áreas que abrangem a temática.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

3.1 ASPECTOS HISTORICOS

Historicamente, a educação no Brasil atravessou desde o seu início, por muitos entraves e acertos; avanços e retrocessos, resultando em uma “via de mão dupla”. Possuindo uma demanda relativamente grande, o Estado, que é o responsável pela educação, pode priorizar certas áreas específicas, assim como também simplesmente ignorar outras. Fato esse que aponta para o esquecimento de uma área tão importante que é a instrução inicial, tendo que proporcionar essa aprendizagem fora do seu tempo adequado.

Ao contrário da EJA, o ensino regular há muito tempo, vem recebendo maior atenção por parte do Estado. Somente através de muitas lutas e tendo o engajamento de educadores comprometidos, a EJA conseguiu alcançar algumas vitórias, tendo em vista sua continuidade e manutenção. Por isso, antes de pontuar a produção das políticas públicas voltadas a EJA, faz-se necessário retratar um pouco sobre o seu histórico no Brasil e como ocorreu para que esse público tivesse seus direitos assegurados ao longo da trajetória dessa modalidade.

Sob o contexto da década de 30, com o processo de industrialização brasileira, o sistema público começava a ser ampliado em relação ao nível fundamental, devido ao contingente populacional em áreas urbanas, passando a gratuidade do ensino básico aos diversos grupos sociais existentes (BRASIL, 2001). Nesse sentido, as décadas antes de 1980 foram demarcadas pela “[...] EJA voltada ao mercado de trabalho.” (SOUZA et. al, 2012, p.4). De certa forma há uma continuidade nessa mesma perspectiva até hoje, com a diferença de que se abriu outros pontos de vista a respeito do público da EJA, ampliando-se o grau de formação do sujeito.

Nos anos 50 e princípio dos anos 60, dá-se início a nível nacional aos movimentos educacionais e culturais, vinculados as concepções da Educação Popular, sendo uma proposta de Paulo Freire (SOUZA et.al, 2012). Este foi um importante marco para a educação de jovens e adultos que até hoje é suscitado como exemplo de educação, não só a nível nacional, como também internacionalmente.

Em seqüência, nos anos 70, surge o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com o objetivo de alfabetizar uma parte do contingente populacional analfabeto. E mais, implementa-se a reforma institucional, lei 5.692/71 que tratava da reposição da educação não efetuada durante a infância e a adolescência, de modo

compensatório. Conforme Souza et.al (2012), a EJA funcionava sob uma visão assistencialista, muito embora tivesse que buscar muito além disso.

Nesse caso, um avanço educacional em grande escala, foi integralizado na década de 1980, com a redemocratização e a Constituição Federal, datada de 1988, que elevou a educação a um direito público e de garantia a todos. Além disso, através dessa última, a EJA veio a ser reconhecida como modalidade da educação básica e houve uma centralidade dos recursos, assim como as decisões relacionadas às políticas educacionais foram descentralizadas. Houve também a procura por vagas na modalidade que estavam sendo distribuídas pelos municípios e estados, sendo por estes financiadas (Souza, et.al. 2012).

Em se tratando de financiamento, após a extinção da Mobral, nesse período destaca-se a Fundação Educar que servia como mantenedora da EJA e a auxiliava tecnicamente também, mas logo teve seu fim, de acordo com Souza, et.al (2012). Esse descaso quanto ao financiamento da EJA, evidencia os dados relativos à aprendizagem dos discentes dessa modalidade, pois como obter os índices de aproveitamento superiores, se o Estado não investe nas escolas que oferecem a EJA? Nos docentes, através dos cursos complementares de especialização? Nas condições para a permanência desses alunos? Nisso, é ilusório esperar que o conhecimento seja efetivado em sua complexidade, visto que não se fornecem os meios para que este possa ser concretizado na vida dos jovens e adultos.

Em contraposição a essa irresponsabilidade, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) n. 9.394/96, trouxe uma evolução para a EJA. Esta passou a ser uma modalidade da Educação Básica, estando dividida em etapas: nível fundamental e médio, representando com isso, um marco conquistado na área. Ressalta-se seu artigo 5º e inciso II, o qual aponta para uma diferenciação curricular na Educação de Jovens e Adultos, conforme suas próprias necessidades. E mais, tornando o ambiente e o tempo para a aprendizagem e para o reconhecimento de uma identidade formativa apropriados, visando uma escolarização que lhes fosse comum ao ensino regular, oportunizando a igualdade de direitos (SOUZA, et.al, 2012 apud BRASIL, 2000).

Entretanto, não demorou muito para haver outro retrocesso: a EJA foi desvalorizada, no mesmo ano, através da formulação da emenda constitucional nº 14, de 12/09/1996, em que o financiamento da EJA deixou de ser enviado para a modalidade, reforçando o privilégio do ensino fundamental regular e suscitando

irregularidades no Censo Escolar, pois ocorreu uma série de acréscimo de informações que não eram verdadeiras.

A oferta e manutenção dos serviços da EJA ficaram a cargo de cada Unidade Federal, ocasionando o mascaramento das estratégias, ao informar no censo escolar as turmas de educação de jovens e adultos como turmas “regulares” do ensino fundamental. (Souza, *et.al*, 2012, p.7).

Em contrapartida a essa ocultação de informações, destaca-se a V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, no ano de 1997, que enfocou o constante processo educativo no decorrer da vida. Como foi uma reunião a nível internacional, foi um grande passo para convocar os educadores e chamar a atenção da sociedade como um todo para a causa proposta.

Já a partir do ano de 2010, com o relatório global sobre a aprendizagem e educação de adultos, sendo divulgado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a EJA, teve a sua realidade mudada, pois foi assumido um compromisso com a formação humana.

[...] assume uma nova proposta: o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, dos sujeitos que por diversos motivos não concluíram seus estudos na idade própria. E, ao retornarem a escola, esta deverá proporcionar aos educandos o desenvolvimento da consciência crítica, de atitudes éticas e do compromisso político, oportunizando sua autonomia intelectual. (SOUZA *et. al*, 2012, p. 8 apud DI PIERRO, 2005).

Outro importante documento nessa modalidade foi o PNE (Plano Nacional de Educação) indicado pela Lei 10.172, formulado em 2001 que previa através da implementação deste, avanços na área, tais como: associar a EJA à Educação Profissional; construir um planejamento de especialização do corpo docente; criar programas de alfabetização, como forma de superação do analfabetismo; garantir a oferta da EJA correspondente as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental em cinco anos, para até 50% daqueles que ainda não tivessem tido a oportunidade e incluir a EJA como parte do financiamento da Educação Básica (Souza *et. al*, 2012).

Diante dos elementos destacados acerca do breve histórico da EJA no Brasil a priori, tendo-se feito o embasamento teórico para tal comprovação, agora, pode-se então, retratar sobre a construção das políticas públicas voltadas a modalidade, podendo-se começar pelo que seriam políticas públicas, ou seja, qual o seu significado.

Assim, conforme Hofling (2001, p. 31) apresenta “políticas públicas [...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas

para setores específicos da sociedade.” Nesse aspecto, elas seriam de responsabilidade estatal e a educação se encaixaria como sendo uma política pública social, objetivando através da distribuição dos benefícios sociais, a diminuição das desigualdades, em função do desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001).

Cercada pela diversidade e pouco lembrada pelas políticas públicas, a Educação de Jovens e Adultos vem atuando em meio a conflitos de cunho político e social, que acabam por levantar sérias preocupações em relação aos discentes, docentes e as instituições de ensino que oferecem a modalidade. Uma vez que é necessário conhecer a EJA para então pensar em estratégias capazes de suplantar suas insuficiências e garantir novos direcionamentos a esse público com suas especificidades e devendo desconstruir os paradigmas educacionais existentes.

É preciso “[...] ter políticas públicas dirigidas à garantia dos direitos e ao reconhecimento dos cidadãos dentro da sociedade.” (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p. 34). Direitos estes que já foram assegurados principalmente pela Constituição de 1988 e a LDB de 1996, mas que carecem ser postos mais em prática nas escolas e tornar-se o foco dos sistemas de governo, caracterizados por suas modificações constantes.

Diante disso, pode-se referenciar um pouco sobre os marcos políticos, os quais foram dando os direcionamentos para a EJA no decorrer das décadas, possibilitando compreender essa relação entre governo e as políticas elaboradas e implantadas para o fortalecimento da modalidade da EJA, ou em contrapartida, para sua conseqüente desvalorização.

Fazendo uma síntese desse processo, através do governo de Fernando Henrique Cardoso que compreende ao período de 1995 a 2002, de modo geral, a EJA fora sendo instituída de uma forma descontínua e variada. Nesse período de governo foi feita a LDB, como já foi citada, mas também ficou marcada pelo veto referente a contagem de matrículas na EJA, mediante o repasse de recursos assegurados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Houve também a suspensão de ações contra o analfabetismo e da extensão de oferta do Ensino Médio (SOUZA, ET.AL, 2012).

Segundo Souza et. al (2012), a partir de 2003 até o ano de 2010, já sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, houveram avanços através da formulação de medidas que subsidiassem a modalidade, destacando: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD), em que esta

possibilitou a criação de uma agenda territorial para o desenvolvimento integral da alfabetização para a EJA; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ministério da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA), etc.

A tendência é essa, evoluir com o passar dos anos e ter um olhar mais apurado para uma área que demanda muitas preocupações. Nesse sentido, Ostrovski e Correia (2018, p.26) salientam que,

[...] o sistema educacional brasileiro tem buscado melhorias, pela implementação de políticas públicas, a fim de oportunizar diversas formas de educação e viabilizar seu acesso. A EJA é um exemplo dessas políticas e visa ao atendimento à população que não teve acesso à escolarização obrigatória na Educação Básica [...]

Ainda que com a obrigatoriedade do ensino básico e com as diversas transformações no campo educacional, não se deve esquecer de reafirmar os direitos dos cidadãos que muitas vezes são negligenciados. Diante desse pensamento, um fato relevante sobre a luta pela EJA, foi a V Conferência Internacional da modalidade, exemplificada nesse trabalho, onde a partir dela surgem os fóruns da EJA, formulando propostas que possibilitassem a construção de políticas públicas de asseguramento dos direitos à educação, através do diálogo entre os mais diversificados setores que se interessassem pela Educação de Jovens e Adultos (SOUZA, ET.AL, 2012).

Como os fóruns constituem-se em um movimento de contestação e precisou-se haver a necessidade de uma organização para a realização do evento, cria-se então, o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) no ano de 1999. Estes encontros nacionais proporcionam desde então, momentos de interação das vivências, assim como partilham as diferentes concepções acerca da Educação de Jovens e Adultos, oportunizando novas ideias a serem projetadas.

A necessidade que se havia foi solucionada pelos fóruns estaduais, quanto pelos Encontros Nacionais. Os resultados advindos dessas reuniões são transformados em relatórios anuais e publicados no portal do movimento (SOUZA, ET. AL, 2012). Essa abertura a título de conhecimento, acerca da respectiva área, além de mobilizar os que estão engajados nessa luta por políticas públicas coerentes, voltadas a realidade educacional, favorece mudanças pedagógicas importantes nas escolas e nas salas de aula da EJA.

Souza et. al (2012) faz referência a Educação de Jovens e Adultos em que esta ela transpassar o simples fato de transmitir conhecimento científico, mas transpassar as barreiras sócio culturais e da vida.

[...] deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se aos processos educativos mais amplos voltados para a formação humana de seus sujeitos. (SOUZA et al., 2012, p.13)

E como fazer para que essa formação integral do jovem e do adulto se torne eficaz no processo de ensino-aprendizagem e nos diversos contextos sociais? Nessa perspectiva, Julião et.al (2017) descrevem que,

[...] é necessário pensar na estrutura dos programas em sua origem, no sentido de evitar a geração de medidas emergenciais; olhar apenas para a ênfase nos processos de certificação dos trabalhadores em detrimento do acesso ao conhecimento; a queda do número de matrículas e sua frágil cobertura nas redes públicas e ensino. (JULIÃO et al, 2017, p.52)

Isso só é possível por meio da construção de políticas públicas a longo prazo e em consonância com a dificuldade escolar, exposta por aqueles que vivenciam a realidade da EJA, por isso a importância dos fóruns e encontros para a adoção de medidas mais eficazes. Os autores mencionados anteriormente indicam ainda que “[...] a EJA ainda não se constituiu, de forma efetiva, como política pública, considerando o caráter focal e aligeirado das iniciativas ditas inclusivas.” (JULIÃO et.al, 2017, p.52). É preciso conhecer para modificar.

Nisso, as políticas públicas devem atuar não apenas para sanar os resultados insatisfatórios, mas antes do resultado vem a origem do problema, e esta deve ser sua área de transformação. Somente partindo desse princípio que se poderá alcançar os índices educacionais na educação de jovens e adultos modificados e, que sejam positivos para a construção de uma educação de qualidade e de garantia a todos.

Nesse aspecto, é preciso reforçar e ter em mente a seguinte concepção, de que “a EJA não pode continuar sendo desenvolvida por ações pontuais ou por meros projetos de governo, mas necessita ser reconhecida como política estratégica para o desenvolvimento humano, social e político regional” (JULIÃO et. al, 2017, p. 53). Mais do que ser pensada, necessita ser posta em prática, como já foi dito.

Deve-se buscar mecanismos de aprimoramento das ações estatais que estão para serem implementadas a um público diversificado e merecedor de toda a atenção da sociedade em geral, porque a realidade é essa: o analfabetismo. Ler e escrever é

mais do que uma formalidade, é uma necessidade. Sabendo ler, muda-se a visão de mundo dos sujeitos e o conhecimento lhes dá esse poder, o de formação integral.

Os dados educacionais são demarcados pela exclusão e pelo analfabetismo. Segundo Julião et. al (2017) amparado no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, mais de 15 milhões de brasileiros entre os 6 a 14 anos são analfabetos; dos 15 anos acima, 65 milhões não concluíram o Ensino Fundamental e quanto ao Ensino Médio, aqueles que não puderam concluir, tendo o Ensino Fundamental, somam 22 milhões, dos 18 anos acima. O que indica que mesmo com a universalização do ensino, há uma grande defasagem nessa área.

Se os níveis fundamental e médio caracterizam a educação básica, como o próprio nome diz, esta deve ser considerada como primordial no que se refere a formação humana dos jovens e adultos. Superior ao ler e ao escrever, o conhecimento e a aprendizagem ao longo da vida, abre portas para ampliar a visão de mundo sendo isso algo individual; e em que se pese, a escolarização é um dos elementos fundamentais nessa preparação. Nesse sentido, cabe aos nossos governantes incentivar e apoiar, principalmente através do financiamento, a Educação de Jovens e Adultos, atenuando os altos índices do analfabetismo brasileiro.

Caso não haja essa disposição estatal, continuará ocorrendo a redução quanto ao número de matrículas, pois conforme o apontamento de Julião et. al (2017) houve uma mudança quanto ao perfil dos jovens e adultos que precisam dessa modalidade,

ao contrário do que geralmente acontecia décadas atrás, em que o público da EJA era majoritariamente de jovens e adultos que não tinham acesso aos bancos escolares, hoje, cresce o número de jovens e adultos que tiveram acesso a escola, porém, por motivos diversos, não conseguiram permanecer nela. (JULIÃO et. al, 2017, p.50)

Perante o fato, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem dos Domicílios) realizada no ano de 2009, pelo IBGE e exemplificada por Julião et. al (2017) denota que são:

diversos fatores que podem justificar essa situação, destacando a falta: de infraestrutura dos espaços escolares para atender as demandas dos alunos jovens e adultos; de formação inicial dos professores que atuam nesta modalidade; de oferta da EJA em horários alternativos (diurno) – para atender os alunos trabalhadores e as mães que não têm com quem deixar os seus filhos; de articulação entre a EJA e o mundo do trabalho; do não reconhecimento da diversidade dos sujeitos da EJA, etc. (JULIÃO et. al, 2017, p. 51)

É preciso diversificar para incluir e isso não só em referência as situações apresentadas acima, mais do que isto, a mudança deve partir das nossas próprias concepções tão intrinsecamente retidas. Transformação do modo de se conceber a educação, do perfil de aluno, da gestão escolar, dos projetos políticos, dos programas sociais, etc. Deve-se fortalecer a questão da elaboração de planejamentos, projetos voltados a necessidade da modalidade, de modo que sejam postos em prática. Isso já é um princípio para que a EJA seja aperfeiçoada ao seu público, e assim se construa uma aprendizagem formativa integral.

Toda a desvalorização do ensino afeta diretamente a EJA que atua diretamente com jovens e adultos já inseridos no mercado de trabalho, em que muitas vezes não há como conciliar ambas as áreas. O que acontece é uma subordinação da educação à economia, uma vez que o neoliberalismo acaba regendo e regulando o sistema educacional, isto é, a construção das políticas públicas é pensada por mentes neoliberais, o que torna a eficácia destas suspeitas ou quase inexistente, devido à forte preeminência pela busca em benefício próprio característica do capitalismo.

A urgência por garantir os direitos aos jovens e adultos deve se concretizar em “[...] elaborar e implementar políticas públicas dirigidas à garantia da pluralidade de seus direitos e ao reconhecimento de seu protagonismo na sociedade.” (GRIFFANTE et. al, 2013, p.11). Entende-se com isso, que através da atribuição do devido reconhecimento, o público da EJA valorizará a modalidade, suscitando maior quantitativo de matrículas, menor índice de evasão, maior preparação docente, etc.

Quando houver um investimento não somente para garantir a continuidade da Educação de Jovens e Adultos, mas a sua melhoria, automaticamente haverá uma auto identificação com essa modalidade, seja por alunos, professores, dirigentes, etc. Porém, enquanto o foco estiver baseado no imediatismo ou em planejamentos que não sejam à longo prazo, a tendência é a modalidade continuar passando por questões de não pertencimento e de evasão escolar.

Por isso, pensar a EJA como uma política pública ainda é vago. Há muito mais a fazer politicamente e pedagogicamente nessa modalidade para que ela alcance realmente a necessidade educacional do País, em sua diversidade social e quanto a defasagem do ensino, da formação integral do jovem e do adulto. O Estado precisa assumir uma postura de compromisso com sua população a não ser que a falta de escolarização junto aos jovens e adultos seja apenas um jogo político de manutenção da ignorância intelectual e como meio de restrição do poder de sua nação.

3.2 OS TIPOS DE ENSINO E O EDUCADOR

A escola necessita não somente formar sujeitos sociais alfabetizados, mas também letrados, para tanto mesmo de uma forma paupérrima, a EJA continua a ser desenvolvidas nas escolas.

Os professores, seguindo ao legado que Paulo Freire, tem que ser libertadores, sendo capazes de despertarem o desejo de uma alfabetização culta que deve e pode ser passado para o indivíduo prioritariamente através da escola.

Muitos adultos e jovens deixam de ir à escola por vergonha das pessoas, e não vão a busca de melhorias de vida e conhecimento e não se permitem busca o melhor para si.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 86) “não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios”, são saberes necessários à prática educativa.

A modalidade EJA possui caráter legal, no ensino regular, no entanto algumas escolas não conseguem colocar em prática o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), desta forma estas demandas acabam sendo lesadas em seus direitos educacionais.

A autonomia e a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto político-pedagógico que sejam relevantes a comunidade e a sociedade a quem serve” (CASTRO NEVES, 1995, p.121, apud CASTRO NEVES, p. 34, 2003).

Segundo Paulo Freire (1996, p.14) “faz parte das condições em que aprender criticamente é possível e pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos”.

Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos alunos (FREIRE, 1996).

Entretanto, é possível afirmar que a escola é um ambiente sociocultural, onde a cultura de sua sociedade é transmitida através da educação. A escola e os educadores têm a função de transmitir o conhecimento através do ato educativo sem desassociar a cultura do conteúdo a ser transferido. Nesse sentido, “o saber é o

conjunto dos dados da cultura que se tem tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem.” (PINTO, 2010).

Portanto o professor tem que ensinar e aprender sem deixa de lado a identidade dos alunos mediante a suas peculiaridades havendo uma troca de conhecimento entre ambos.

Aos longos dos tempos ocorreu uma serie de transformações na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, onde os programas de alfabetização não conseguiram efetivamente alfabetizar milhares de Jovens e Adultos.

O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) deixou marcas profundas e significativas na sociedade sendo um estigma as pessoas não alfabetizadas. Em 1985, desacreditado nos meios políticos e educacionais, o MOBRAL foi extinto, quando o processo de abertura política já estava relativamente avançado (LOPES; SOUSA, 2005). “Nesse período, muitos programas governamentais acolheram educadores ligados a experiências de educação popular. Para tanto, um novo enquadramento legal já estava disponível: a Lei Federal 5692, de 1971, foi um marco importante do ensino supletivo na história da educação de jovens e adultos no Brasil” (BRANDOLT, 2013. P.17). Na comunidade do estado Amapá houve essas duas modalidades para com que as pessoas pudessem aprender escrever o seu nome. Já que na comunidade tinha um grande déficit de analfabetismo.

3.3 GESTÃO ESCOLAR E A IMPORTANCIA PARA O EJA

O termo gestão escolar tem sua constituição e utilização crescente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, especificamente, no artigo 206, que disserta que: “[...] gestão democrática do ensino público, na forma da lei [...]”(BRASIL, 1988, S/N). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, no seu artigo 14 determina o preceito da gestão democrática como sendo um dos seus princípios, pressupondo a gestão democrática como um trabalho grupal, dinâmico e dialógico.

Nessa mesma perspectiva, Luck (2000) evidencia que o conceito de gestão escolar resulta de um novo entendimento que está relacionado com os caminhos das instituições como um todo, além de levar em consideração seus pares, promovendo de tal forma uma maior articulação.

No entendimento de Kunh (1982), a gestão expressa, dessa forma, a superação do conceito forjado dos processos administrativos, na perspectiva da

mudança de visão de mundo e dos processos reais que o ambiente escolar vivencia na contemporaneidade. Suscita ainda mais esta mudança de paradigma necessária e urgente na contemporaneidade:

A concepção de paradigma resulta, portanto, da compreensão do modo como nosso pensamento é orientado para perceber o mundo, o que, por isso, determina o que vemos e o que deixamos de ver, em consequência, como reagirmos diante da realidade. Como modo de pensar, o paradigma é abrangente em relação a tudo e a todos que constituem a realidade, nada excluindo sobre ela, determinando o modo de ser e de fazer das pessoas em seu contexto. Com essa perspectiva, analisa-se, portanto, a mudança do enfoque de administração para o de gestão, que vem ocorrendo no contexto das organizações e dos sistemas de ensino, como parte de um esforço fundamental para a mobilização, organização e articulação do desempenho humano e promoção da sinergia coletiva, em seu contexto, voltados para o esforço competente de promoção da melhoria do ensino brasileiro e sua evolução (LUCK, 2014, p. 34-35).

Diante do exposto, a autora redimensiona a gestão na educação como possibilidade de estabelecimento de práticas interativas, participativas de cunho democrático, que sejam caracterizadas por movimentos dinâmicos, uma vez que todos os pares buscam a superação de emblemas que afetam direta e indiretamente a realidade da escola, que enquanto instituição social está sujeita a processos de mudanças para acompanhar as condições externas proporcionadas pela contemporaneidade.

Diante disso, as concepções de gestão apresentadas até aqui podem criar meios de aproximação com as respostas para os problemas e impasses da EJA. Pensar a gestão escolar hoje, como uma mudança de paradigma, abre possibilidades para a melhoria do processo de escolarização da EJA, implicando na garantia de uma educação igualitária e justa, capaz de reconhecer a importância do trabalho participativo e democrático. Desta forma, quando a gestão escolar de EJA pautar-se nesse princípio participativo e coletivo, criará condições para o reconhecimento da modalidade.

Entendemos que na formação histórica e social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, torna-se necessário refletir sobre o processo de gestão escolar nessa modalidade, conforme suas especificidades, impasses e perspectivas educacionais. Por isso, para Lima, Silva e Santos (2015, p. 80):

[...] a gestão educacional para a escola de jovens e adultos precisa considerar na organização, a historicidade dessa modalidade de ensino e reconhecê-la como sendo educação continuada de pessoas jovens e adultas, que estão em constante processo de formação/escolarização e aprendizagem ao longo da vida.

Nessa perspectiva, a gestão escolar da EJA não pode perder de vista as especificidades do modo de aprender dos jovens e adultos (principalmente, trabalhadores e trabalhadoras), buscando respeitar o seu processo de aquisição do conhecimento em distintos tempos e espaços. Dessa maneira, quando a gestão educacional leva em consideração a diversidade e a complexidade do processo de escolarização dessa modalidade, a escola cria possibilidades para redimensionar e requalificar as dimensões administrativa, pedagógica, financeira e de infraestrutura.

No entanto, observa-se que as escolas que ofertam a EJA se desenrolam por meio de impasses e ocorrências insatisfatórias que ainda revelam um processo educacional carente, o qual não tem atendido às necessidades básicas de aprendizagem dos (as) estudantes jovens e adultos(as). Com isso, percebe-se que no cenário pedagógico da EJA, deparam-se ainda com a falta de conhecimento sistemático e do parâmetro de qualidade nas turmas de EJA para auxiliar o planejamento e a prática pedagógica do professor; carência de integração entre teoria e prática; fragmentação do saber no momento da difusão do conhecimento; descontextualização do conhecimento frente aos anseios do público alvo; transmissão conservadora do conhecimento, fundamentada numa “educação bancária”; práticas avaliativas conservadoras que engessam o processo de aprendizagem significativa na EJA; necessidade de práticas escolares que respeitem as características de flexibilidade e da diversidade cultural dentro da EJA.

Outro impasse na gestão da EJA refere-se às questões administrativas. É comum nesse processo deparar-se com a falta de planejamento do gestor escolar para desenvolver ações relacionadas à: organização/estruturação dos espaços escolares (biblioteca, salas de aula, refeitório, etc.); formação continuada e práticas pedagógicas de professores; implementação do projeto político pedagógico e seu plano ação correspondente à EJA; articulação com os vários órgãos da administração pública e setores da sociedade para permanência e êxito dos jovens e adultos na escola; criação de espaço democrático e participativo para sugestão, monitoramento e avaliação coletiva das propostas didático-pedagógicas da EJA; dentre outras.

Por outro lado, para Amorim (2012), essas dificuldades podem ser superadas a partir do momento em que a escola reconhece a importância da gestão participativa em seu processo. Conforme este autor, a participação e a construção democrática no ambiente educacional fazem com que o processo de escolarização adquira autonomia

e valorize o espaço de aprendizagem, sendo reconhecido enquanto um lugar de democracia e de vivência coletiva.

Considerando os problemas de ordem financeira e de infraestrutura, podem-se incluir aqueles relacionados à falta de equipamentos e de recursos didático-pedagógicos para o desenvolvimento de aulas teóricas e práticas; salas de aula do noturno com iluminação inadequada e sem outras condições mínimas de funcionamento; ausência de investimentos no que se refere aos aspectos de alimentação; e transporte escolar.

Diante desse levantamento, torna-se relevante reconhecer que o processo de escolarização da EJA, por meio de sua gestão participativa e democrática, precisa refletir sobre uma nova maneira de fazer e refazer a escola da EJA. Diante da posição e vivências dos grupos populares, em contexto de exclusão social e educacional, a gestão escolar necessita incluir planos de ações que aproximem a escola da realidade objetiva dos jovens e adultos estudantes dessa modalidade. E isso acaba sendo uma condição urgente e necessária, pois a maioria desse público alvo, diante da posição que ocupa na sociedade e no contexto político/econômico, já sabe lidar com as resistências das políticas públicas local, regional e nacional, capazes de buscar o reconhecimento da sua própria identidade, enquanto pessoas trabalhadoras em diferentes situações da vida.

Suas experiências coletivas os levam a exigir políticas de antidesumanização anti-inferiorização: políticas afirmativas. Desde a colonização experimentaram ser tratados como inexistentes, sub-humanos, subcidadãos, não membros legítimos da comunidade social, econômica, política e cultural. Essa condição de inexistência, subcidadania e sub-humanidade em que foram classificados torna a história da produção das desigualdades sociais, raciais, étnicas, sexuais inseparáveis dessa radicalidade discriminatória (ARROYO, 2012, p. 169).

Dessa forma, entendemos que a gestão escolar deve preocupar-se com a valorização da escola pública e a qualidade dos processos educativos nos quais estão inseridos estudantes jovens e adultos. Assim, a perspectiva da melhoria da prática de gestão educacional será satisfatória, a partir do momento que o espaço escolar buscar reconhecer a superação de sua visão assistencialista e preconceituosa em relação ao (à) estudante da EJA, principalmente do turno noturno.

4 LEGISLAÇÃO E A EVASÃO ESCOLAR

4.1 O PROCESSO DE ENSINO

O processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens não ocorreu apenas na escola, mas também foi beneficiado pelos conhecimentos que trouxeram de suas famílias e da sociedade. Na perspectiva de Libaneo (1994, p. 83-84), aprender é:

[...] uma relação cognitiva entre o sujeito e os objetos de conhecimento. Há uma atividade do sujeito em relação aos objetos de conhecimento para assimilá-los; ao mesmo tempo, as propriedades do objeto atuam no sujeito, modificando e enriquecendo suas estruturas mentais.

Essa relação deve partir de um nível atual de conhecimento e experiência, para alcançar um determinado resultado (domínio do conhecimento e desenvolvimento de habilidades cognitivas) como ponto de partida, e o desenvolvimento psicológico dos alunos (LIBANEO, 1994).

A escola deve proporcionar aos alunos momentos de reflexão, aprendizagem e análise da realidade, para que se tornem críticos e não apenas cidadãos que relembram o tema. Segundo Piaget (1997), a educação e a formação, em particular, têm pouco impacto no desenvolvimento intelectual. A situação - ir à escola - está sujeita ao equilíbrio e à maturidade.

4.2 A LEGISLAÇÃO

Com um público exclusivamente específico e multifacetado, a EJA adquiriu um currículo próprio e legislações condizentes com suas peculiaridades. Sua legitimidade está demarcada na Constituição de 1988; na LDB nº 9394/96 e na resolução do CNE/CEB nº1 de 05 de julho de 2000. O seu percurso ao longo das décadas foi exposto na seção 1.1 deste trabalho e agora trata-se mais em referência a estes três documentos, discutidos principalmente por Julião et. al (2017) dando fundamentação a escrita.

Conforme Souza et. al (2012) argumentam, nas legislações atenta-se para o direcionamento educacional, a visão dos ideais daqueles que a produzem e, entre outros aspectos. Elas reafirmam que “[...] são os valores, as crenças, as ideias presentes nas concepções, as responsáveis por nortear as políticas na área da educação, bem como, a efetivação de uma educação pública de qualidade.”. Logo, a EJA está cercada de paradigmas capazes de inibir o processo de ensino-

aprendizagem, no caso de serem implementados os mesmos métodos na docência, como o executado no ensino dito regular.

Antes de tudo, os integrantes da EJA precisam ver e enxergar a si próprios, no currículo, na legislação e no dia a dia da sala de aula para obterem interesse pela modalidade. Adquirir o senso de identidade, se colocar como parte e reconhecer suas características, demanda diretamente da ampliação quanto a visão de mundo, possibilitada pela escolarização. Por isso, a necessidade dos educadores em estarem engajados nesse processo, podendo permitir com que se assegure uma educação de qualidade e o seu referido atendimento ser prestado à população, assim como ocorreu na década de 1980, com a reivindicação pela oferta do ensino público e de qualidade prestado ao 1º grau para jovens e adultos (Souza et. al, 2012).

Nesse intuito, Julião et.al (2017) ressaltam que “[...] pensar uma identidade para EJA é permitir reflexões para imaginar (e construir) uma escola que atenda as necessidades de acordo com as particularidades dos sujeitos envolvidos.”. Ao mesmo tempo em que é algo complexo em se tratando de diversos sujeitos e com isso, diferentes entre si, é também imprescindível. Carece que as leis sejam formuladas e postas em prática, partindo desse pressuposto: o da diversidade.

Com base nisso, a LDB denotou um princípio de percepção diferenciada. Destacam Julião, et. al (2017) como sendo um marco para a modalidade. Sua proposta baseia-se nas oposições entre os sujeitos que estão incluídos na EJA, onde houve uma reconfiguração desta, elevando-a ao nível de modalidade da Educação Básica, estando gravada em seu artigo 4º, garantindo-a de forma integralmente gratuita para os graus: Fundamental e Médio.

Já em relação ao ensino, a LDB tratou em seus art. 37 e 38 do pleno desenvolvimento da pessoa, no que tange aos aspectos: sociais, econômicos, políticos e culturais, representando desse modo, determinada importância ao processo de escolarização tendo em vista essa formação humana.

Essa movimentação ocasionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira permitiu que as portas educacionais fossem ampliadas para que outras oportunidades de aprendizagem fossem sendo adquiridas. Fortaleceu a práxis¹, como meio de intervenção em vista das necessidades existentes e tem servido até hoje, há

quase vinte e quatro anos após ser homologada, como um documento fundamental na área educativa.

Além disso, influenciou a elaboração de outras legislações, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos, através da Resolução CNE/CEB n^o 01/2000, a qual propõe a criação de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, CNE, 2000). Nesse contexto, a EJA ganha um caráter particular, sobressai às diferenças e favorece uma observação do seu público. Nota-se essa modificação da modalidade no artigo 5^o da presente resolução, tratando-se:

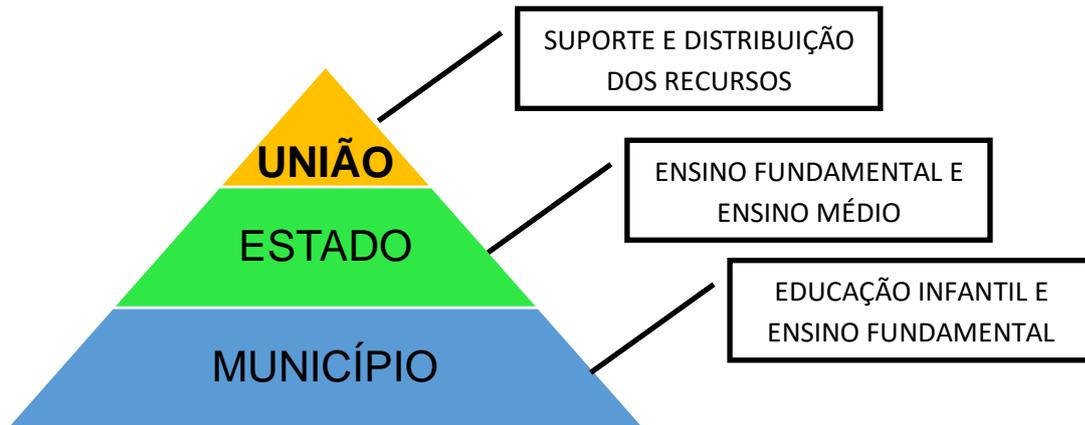
III- quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL, CNE, 2000, p. 2)

Essas características peculiares da EJA, enquadram-se como um dos fatores positivos da modalidade, sendo assim vista por seus discentes (Ostrovski; Correia, 2018). Então, assumir esse posicionamento diferenciado, dá abertura as instituições escolares de atuarem sob as necessidades, de acordo com o contexto em que está inserida, assim como, permite uma autoidentificação por seus alunos, podendo facilitar o acesso e aumentar o número de matrículas.

Essa autonomia da modalidade é fundamental para diminuir a porcentagem populacional que está à mercê do sistema educacional em virtude das diversas formas de exclusão social. Sabe-se que o ler e o escrever, nunca foi tão imprescindível quanto é na sociedade atual, além disso, o maior poder que alguém pode ter é o conhecimento, não em referência somente ao formal, que é difundido pela escola, mas vai muito além, o conhecimento do mundo, da sociedade, da política, formar a pessoa integralmente como o é por direito.

O sistema educacional tem se apresentado fragilizado e isso se deve, em parte, por conta da desresponsabilização quanto a educação pela União, Estados e Municípios. Há poucos investimentos perceptíveis e quase não há fiscalização, estando mais propício o dinheiro ser desviado para outros fins inapropriados. Nota-se no gráfico a seguir como está organizada a divisão de funções correspondentes a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, voltadas à educação, de acordo com a Constituição de 1988.

Gráfico 1- Responsabilização da União, Estados e Municípios em relação a área educacional.



Fonte: Elaboração própria com base na Constituição de 1988.

Com tantas responsabilidades, muitas vezes a educação é pouco valorizada, e isso é visível a todos, visto como pouco se investe no salário dos professores e na continuidade de suas formações; nas estruturas das instituições escolares em que muitas estão em condições precárias de funcionamento; na alimentação dos alunos em que muitos dependem dela diretamente; no transporte escolar, impedindo muitas vezes o aluno de ir à escola, etc.

A escola pública gratuita há muito tempo vem sofrendo com um certo desmantelamento proposital e, em contrapartida, as escolas particulares cada vez mais tem tido repercussão. Tudo indica que ao invés de buscar-se lutar pelos direitos conquistados, muitos tem optado por financiar a educação, mas não se pode esquecer que enquanto existir a Constituição de 1988 e a LDB, a todos o ensino é público e gratuito e essa definição deve ser defendida.

A EJA tem como fundamento não só alfabetizar jovens e adultos, mas sim dar oportunidades de escolarização no ensino regular, conforme descrito no Art., 37, nos incisos 1º e 2º:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”(Brasil, 1988, s/n)

A citação deixa claro o compromisso do poder público em favorecer o ensino gratuito e de qualidade aos jovens e adultos. Isso significa que tal direito é público subjetivo e o não cumprimento fica caracterizado como mandado de injunção previsto no Art. 208, §1º e 2º. Essa garantia constitucional permite ao cidadão o direito de exigir do Estado um atendimento aos serviços educacionais fundamentais. A lei assegura a

oferta e a oportunidade escolar à população de jovens e adultos situados fora da escola, mas estabelece a necessidade de toda abordagem pedagógica incluindo conteúdos, metodologias e processos de avaliação diferenciados daqueles dos alunos que se acham em idade própria.

“Contudo sabemos que no Brasil grande parte de estados e municípios descumprem este ordenamento, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos” (STEPHANOU e BASTOS, 2005, p. 35).

O Art. 38, no inciso 1º, diz: “Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos, II. No nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de dezoito anos”. Este artigo impõe obrigatoriedade aos sistemas de ensino de manterem cursos e exames supletivos. Os cursos são programas regulares desenvolvidos em um certo período de tempo e ministrados através do processo escolar. Os exames são realizados à parte dos cursos, portanto fora do processo regular a de aulas (CARNEIRO, 2012)

A Educação Básica envolve a Educação Infantil, O Ensino Fundamental e o Ensino Médio, enquanto níveis de ensino. E, ainda, a educação especial, a educação profissional, a educação de jovens e adultos e a educação indígena, enquanto modalidades educativas, isso significa que a EJA recebe orientações contidas no Capítulo II em especial no Art. 24 no Inciso I que diz: “a carga horária anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias efetivos [...]”.

Sobre os conteúdos as orientações advêm ainda no Capítulo II, no Art. 27, nos incisos I, II, III e VI que diz: I.

[...]A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II. Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III. Orientação para o trabalho; IV. Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

O currículo da educação básica transforma-se em um instrumento essencial para educação escolar, respeitar os princípios e atingir os fins previstos na legislação. Em se tratando de EJA, os conteúdos devem difundir o conjunto de valores reconhecidos pela sociedade. A escola deve ser para os jovens e adultos um espaço de aprendizagem fora da perspectiva tradicional, deve-se oferecer uma educação acessível ao seu perfil em dupla direção; no sentido de chegar à escola e no sentido de permanecer na escola (CARNEIRO, 2012).

Um dos recursos de ensino e aprendizagem utilizadas em sala de aula é o livro didático. Segundo Carneiro (2012, p.94), “desde 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que objetiva oferecer a alunos e professores de escolas públicas”, em caráter universal e gratuito, livros didáticos. Em 2004 foi a vez do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Isso significa que a EJA enquanto modalidade de ensino, seja inserida no ensino fundamental ou médio, está apta a receber livros didáticos, para complementação do currículo escolar, assegurando assim, o cumprimento do dever com a oferta de educação básica.

Assim como o livro didático, a alimentação escolar é outro mecanismo assegurado por lei para garantir o acesso e a permanência do educando na escola, conforme descrito por Carneiro (2012, p.99):

[...] O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) que a partir de 2008 passou a dar cobertura a alunos matriculados em creches, ensino fundamental, escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombolas e aldeias indígenas e escolas filantrópicas e, a partir de 2009 estendeu a cobertura também ao ensino médio e a educação de jovens e adultos da rede pública através da de 16/06/09. O FNDE fica responsável a suplementação dos recursos.

A citação contempla a merenda escolar à EJA. É válido lembrar que a maior parte dos educandos da EJA são trabalhadores formais e informais, que chegam à escola cansados e muitas vezes sem alimentação adequada, adentram à escola com fome, em alguns casos. Esses fatores e outros mais causam desmotivação no educando, interferindo no processo de ensino-aprendizagem.

O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantando em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

4.3 EVASÃO ESCOLAR

Qualquer etapa da Educação Básica, pode-se dizer que os discentes devem se preparar para enfrentar desafios cada vez maiores, e que precisam ser encarados ou abam por acentuar a descontinuidade nos estudos, gerando a conseqüente evasão escolar. Na EJA (Educação de Jovens e Adultos) essa realidade é ainda mais preocupante, visto que para os jovens e adultos dessa modalidade de ensino, os desafios a serem atravessados são inúmeros por conta da distorção idade-série e ainda por diversos outros fatores.

Nesse sentido, serão aqui evidenciados cinco desses desafios quanto a superação da evasão na EJA, pontados por Griffante et.al (2013) e Ostrovski e Correia (2018) para discussão. Inicia-se, portanto, com as motivações que podem ocasionar a evasão dos discentes, sendo abordados em cinco principais fatores.

O primeiro está voltado ao retorno do aluno a sala de aula, visto que estes deixaram de estudar; uns por um tempo significativo, outros nem tanto, mas que ambos precisam se encontrar nos estudos, caracterizando muitas vezes numa “[...] incapacidade de adaptação à realidade escolar.” (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p.25). Esse deslocamento pode provocar frustração nos alunos e a desistência dos estudos, com isso se faz necessário a intervenção docente.

O segundo ponto relaciona-se as atividades desenvolvidas pelos alunos no cotidiano, levando-se em consideração que ao final de um dia cansativo de trabalho, o aluno não tem vontade de ir para a escola, visto que de acordo com a pesquisa levantada por Griffante et.al (2013) no contexto de uma escola do Rio Grande do Sul, cerca de “[...] 80% dos discentes estão inseridos no mercado de trabalho e buscam a certificação para poder melhorar cada vez mais profissionalmente e serem valorizados, [...]” (GRIFFANTE et.al 2013, p.7). E ainda há outros motivos, tais como exigência do trabalho e na busca de um emprego melhor, demarcando essa ênfase na relação entre educação e mercado de trabalho, o que acaba muitas vezes por empobrecer o conhecimento difundido pela escola.

Dessa conciliação entre estudo e trabalho, surge o terceiro desafio: A vida particular do aluno, as condições econômicas e os problemas sociais que os jovens e adultos enfrentam e em alguns casos, não tem nem como ir à escola, por conta da distância, etc., propicia a evasão. Perante esse fato, muito há que se melhorar a ampliação de escolas que ofereçam a EJA, de modo que se supra as necessidades daqueles que fazem uso dessa modalidade e que esse atendimento seja de fácil acesso, já que, “o público da EJA é diferenciado, engloba classes sociais estigmatizadas e que dela fazem parte pessoas que, por diversos motivos, não compartilharam o saber formal na época considerada ideal.” (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p.27).

Mediante a isso, decorre o quarto fator, que é o tempo para estudar (Ostrovski; Correia, 2018). Considerando que em alguns casos, os alunos trabalham o dia inteiro e a noite tem que ir às instituições escolares, pouco se dá para buscar a autonomia fora da escola, de modo complementar ao ensino trabalhado em sala de aula. E mais,

muitos já tem suas próprias famílias (mães com bebês de colo ou filhos pequenos, pais, etc.) e também querem dedicar um tempo a elas. Certo é que há uma grande responsabilidade em torno desses jovens e adultos, restando em alguns casos escolher: optar por estudar ou trabalhar? E assim, para garantir o sustento familiar, acabam sacrificando o estudo.

O quinto e último ponto ligado a evasão escolar na modalidade da EJA, está voltado conforme os autores discorrem quanto a metodologia e abordagem do professor. Os alunos do estudo de Griffante et.al (2013) reclamaram sobre a metodologia de ensino, que é uma causa recorrente nesse meio, visto que, na formação docente fala-se muito sobre utilizar uma linguagem apropriada para se dirigir às crianças e, as atividades desenvolvidas serem baseadas nos níveis de aprendizagem, mas pouco se é esclarecido quanto ao público da EJA, as formas de alfabetização e adequação do conteúdo/linguagem, sem que os infantilize.

Apresentados os fatores para evasão na EJA pelos discentes, segue-se agora para os desafios encontrados pelos docentes nessa modalidade de ensino, conforme Griffante et.al (2013) suscitam em seu artigo, sendo assim demarcadas, para melhor compreensão, quatro principais indicações: a interação professor e aluno; o perfil do discente; a diversificação e a inadequação metodológica.

A primeira indicação trata-se de uma preparação docente para que esse aluno consiga estabelecer conexão com a aprendizagem de forma dinâmica, sendo necessário haver a interação entre professor e aluno, para que este não seja desmotivado a estudar. A esse respeito, Griffante et.al (2013) reforça a necessidade de o professor estar sensível aos alunos, as suas preocupações e anseios educacionais, para que os objetivos do aluno coincidam com os objetivos da escola e do docente, oportunizando um trabalho eficaz na alfabetização. Pode-se dizer que também é preciso favorecer um ambiente livre para que o aluno possa até mesmo expressar questões pessoais, que acabam muitas vezes visíveis e nem sempre são relevadas pelo docente, inviabilizando um maior estreitamento dos laços.

Em consonância a isso, forma-se a segunda indicação: o perfil do discente. Sendo imprescindível relacioná-lo a primeira indicação mencionada anteriormente, para que então se possa construir esse perfil, visando um conhecimento melhor de seus interesses e necessidades, efetivando com isso um planejamento voltado a esses perfis. Além disso, não se pode negar a bagagem que eles carregam consigo e

que pode ser aproveitada para se criar uma abordagem de conteúdo diversificada, oportunizando então, novas descobertas (Griffante, et.al 2013).

Desse modo, um dos maiores desafios para o docente e porque não para o discente também, é a diversificação, caracterizada como o terceiro ponto. Essa,

[...] diversificação social, cultural, econômica, etária dos alunos da EJA requerem mais trabalho e dedicação por parte dos professores, pois a necessidade de uma metodologia de ensino, um atrativo que consiga chamar a atenção de todos os alunos e instigar a busca do aprender não é tarefa fácil. (GRIFFANTE et. al 2013, p. 5)

Os alunos da EJA também se diferem em relação aos níveis de aprendizagem. Enquanto uns conseguem ler e escrever, outros tem dificuldades em um deles ou nos dois e, precisam da atenção do professor, o que cabe a este, encontrar uma metodologia apropriada para se trabalhar a diversidade sem ignorar as especificidades.

Relaciona-se a isso, a quarta e última indicação, a inadequação metodológica (GRIFFANTE et al, 2013). A forma com que o professor aborda o conteúdo e as atividades, muitas vezes são cópias do ensino regular, ou seja, são trazidas para a sala de aula da EJA atividades muitas vezes direcionadas a criança. Esse é um caminho mais fácil, mas não garante que a aprendizagem se concretize e, além disso, infantiliza o ensino para os jovens e adultos, propiciando a evasão.

Sob essas circunstâncias, os desafios encontrados por alunos e professores concordam entre si sobre as questões de evasão presentes na EJA. Assim, fazendo a busca pelos índices de evasão nessa modalidade, segundo o Censo Escolar de 2020.

O percentual de alunos não aprovados (aqueles que reprovam ou abandonaram a escola) em um dado ano letivo impacta diretamente o atraso escolar, mensurado aqui pela taxa de distorção idade-série, e, obviamente, o tempo que os alunos permanecem na educação básica. (BRASIL, 2021, p. 7)

Esse ciclo que vem se repetindo ano após ano, e que cada vez mais tem se agravado, precisa ser avaliado e discutido por aqueles que estão engajados na luta pela educação básica e pela escola pública, de modo que se aprimore a aprendizagem, principalmente para o público da EJA, onde muitos já têm uma experiência inicial com o ambiente escolarizado e não conseguiu concluir seus estudos, o que envolve diversos fatores, como fora destacado anteriormente. No que se refere à evasão/abandono escolar, de acordo com que Griffante et. al (2013), podem ser amenizadas se forem evidenciados como desafios a serem superados,

proporcionando então: aulas instigadoras, capazes de despertar o interesse na aprendizagem pelos alunos; a pesquisa, o que possibilita o processo de autonomia do discente; os trabalhos em grupo, provocando a interação da turma e um certo desprendimento; a assiduidade, não havendo interrupção do conhecimento completo a respeito do que está se desenvolvendo em sala, aula após aula, e o comprometimento, demarcando o interesse em aprender e participar.

Certo é que esses direcionamentos só podem se tornar possíveis, quando os docentes perceberem o quanto de esforço pessoal deve ser investido. Aqueles que devem estar motivando os alunos e propiciando “mergulharem” no conhecimento, devem estar preparados profissionalmente e também psicologicamente, pois “[...] a EJA merece atenção especial por desenvolver suas atividades com um grupo diferenciado de alunos que não estudaram no período adequado à idade escolar.” (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p. 37). Por isso, a importância da formação continuada e do professor estar se especializando na área.

Com isso, a procura pela modalidade de educação, tendência em uma de queda, conforme o Censo Escolar de 2020 demarca, “[...] reduzindo 8,3% no último ano e chegando a 3,0 milhões em 2020.” (BRASIL, 2021, p.8). Verifica-se na tabela M8 esse demonstrativo.

TABELA M8

NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O ANO – 2016-2020

Ano	Dependência Administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	3.482.174	3.273.439	11.813	1.917.220	1.344.406	208.735
2017	3.598.716	3.380.008	12.611	1.970.961	1.396.436	218.708
2018	3.545.988	3.324.356	13.023	1.956.621	1.354.712	221.632
2019	3.273.668	3.063.423	14.321	1.744.527	1.304.575	210.245
2020	3.002.749	2.826.401	13.636	1.618.025	1.194.740	176.348

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica e Censo Escolar.

A evasão escolar repercute nessa figura, onde cada vez mais há desistência dos estudos, seja pelas mais variadas justificativas. Metas vão sendo traçadas, porém precisa ser transposta a realidade escolar. Como as metas 8, 9 e 10 do PNE que são de exclusividade ao direito à educação cidadãos que buscam a educação, no qual se destaca a meta 10 que trata diretamente sobre a elevação da escolaridade por meio

da ampliação do número de matrículas na EJA, com integração ao ensino profissional (SANTOS, 2018).

O que não se pode esquecer é de que aumentar o número de matrículas não soluciona a situação da porcentagem de alunos com direito a educação. Uma vez que manter esses alunos seria o ideal, para a construção do processo de aprendizagem dos jovens e adultos. Ter acesso com certeza já é um grande passo, mas também fornecer os meios para a permanência desses alunos deveria ser a prioridade.

Em conformidade a esse pensamento, ressalta-se o seguinte,

[...] ao pensar o direito à educação, é importante que sejam consideradas não apenas as taxas de ingresso na escola, mas também os sujeitos que não integralizam os níveis obrigatórios em função dos processos de exclusão ao longo da educação básica (SANTOS, 2018, p. 150 apud. SIMÕES, 2016).

Exclusão essa que começa pelo Estado, sendo o responsável pela manutenção, apoio e avanço da educação no Brasil, até adentrar as instituições escolares.

A evasão escolar, não estaria voltada a exclusão social? De fato, acredita-se que há uma relação entre ambas e que se faz necessário combater toda e qualquer forma de injustiças, mediante as políticas públicas que são de responsabilidade do Estado, tendo que serem projetadas para atender realmente àqueles que enfrentam o processo educativo sem serem assegurados de poderem permanecer, devido às inúmeras adversidades encontradas pelo caminho.

A Educação de Jovens e Adultos deve passar por uma reestruturação “[...] formando uma proposta curricular voltada para as necessidades sociais, culturais e históricas da sociedade, incluindo a família para o retorno e permanência do aluno na EJA.” (OSTROVSKI; CORREIA, 2018, p.29). São muitos desafios a serem superados nessa modalidade de ensino e, só com o engajamento dos educadores, alunos e familiares que podem ser incluídas maiores oportunidades de estudo e novas perspectivas de vida a esse público, lembrado e ao mesmo tempo esquecido.

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO AMAPÁ

5.1 ESPECIFICIDADE NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO AMAPÁ - RESOLUÇÃO Nº 27/2015 – CEE/AP

Em decorrência da abertura para a modalidade da EJA, em que a LDB dispõe em seu artigo 5º, e inciso III, ora destacado nesse trabalho, o sistema estadual de ensino do Amapá dispõe a Resolução nº 27/2015- CEE/AP, específica para a EJA,

em que esta baseia-se nas leis nº 8069/90, 9.394/96, 10.793/03, 11.741/08, 12.764/12 e segundo as determinações das Resoluções CNE/CEB n. 01/2000, 03/2010, 07/2010 e 2/2012 e do parecer CNE/CEB nº 4/2013.

Seguindo essas normativas, a presente resolução estabelece alguns direcionamentos para a efetivação da EJA no Estado. Dentre estes, serão abordados os principais pontos em relação à modalidade, para de fato ser voltada ao público para o qual se destina. Nesse sentido, ressalta-se que um ponto negativo é quanto a garantia das condições de acesso. Em seu art. 3º, a resolução reafirma a abrangência da educação em agregar a todos os que não tiveram oportunidade de estudo na idade própria e inclusive a permanência desses discentes na modalidade (BRASIL, CEE, 2015).

O que ocorre é que o Estado tem diminuído as escolas que realizam essa oferta. De acordo com o site do G1 Amapá, destaca-se com base no Censo realizado pelo INEP que houve uma baixa de 13,7% correspondente ao ensino fundamental, nos anos de 2009 a 2018. Entram-se então em contradição a teoria e a prática, já que a resolução abrange a oferta, e em contrapartida, os dados informativos apontam a realidade quanto a diminuição do acesso.

A explicação está para além do aumento da escolarização junto aos adultos, o fato é que de acordo com a SEMED (Secretaria Municipal de Educação), em entrevista para o site do G1, houve cortes na rede estadual e por isso o índice negativo na modalidade. Esse é o retrato da educação brasileira que, como sempre os recursos na área têm sofrido as consequências de maus investimentos estatais, ficando a mercê dos demais serviços prestados, dentre tantos outros fatores que fazem parte desse sistema político.

A partir do baixo financiamento, não há maiores investimentos, o que torna inviável a estruturação da EJA e sua conseqüente manutenção. Esse fato pode influenciar até mesmo na oferta da modalidade pelas instituições de ensino, que dependem do custeamento extra para realizar o atendimento normalmente no contraturno das aulas referentes ao ensino regular.

Diante das problemáticas advindas para a instauração da modalidade, pode-se referenciar alguns aspectos positivos, dentre os quais serão mencionados a seguir. No documento há uma preocupação com o processo formativo do (a) professor (a) da EJA. No parágrafo único do artigo 4º orienta que, “a secretaria de Estado da Educação

deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação de Jovens e Adultos.” (BRASIL, CEE, 2015, p.2).

Nesse quesito, a responsabilidade sobre o fracasso ou sucesso do aluno pode depender diretamente do docente, já que o discente pertencente a EJA tem maturidade suficiente para apenas estar em sala de aula por vontade própria ou por algum tipo de necessidade profissional, diferentemente muitas vezes do ensino “normal”, ou seja, a educação é levada mais a sério por seu público.

Por isso, a necessidade de uma diferenciação metodológica, pois esta pode conquistar o aluno ou lhe possibilitar a evasão. Logo, o professor e a Secretaria de Estado da Educação, devem ter ciência de que a formação continuada acrescenta não somente para o conhecimento docente, mas também oportuniza aos próprios alunos desenvolver características imprescindíveis, através de métodos não convencionais que foram aprendidos nesses ambientes formativos.

E em se tratando de metodologia, outro fator positivo da resolução, refere-se a uma liberdade organizacional da modalidade exemplificada no Artigo 8º, em seu

Parágrafo único: Os cursos da EJA devem ser organizados de acordo com a disponibilidade dos alunos quanto ao calendário escolar, aos turnos e ao horário, evitando assim, tornar essa modalidade excludente. (BRASIL, CEE, 2015, p. 2)

Sob essa perspectiva, o aluno da EJA sente-se importante por influenciar na estruturação da modalidade. Essa significância atribuída abrange também a adoção de um padrão avaliativo. Na EJA é definida a avaliação no processo para a conclusão do período correspondente aos estudos do aluno, sendo denotada em seu artigo 9º; o que torna a modalidade mais acessível e aos poucos os alunos podem se desenvolver, segundo o tempo de cada um.

E mais, no artigo 11º, menciona como se deve fazer essa avaliação, de modo que o docente terá que de acordo com a alínea “b) registrar em livro Ata específico para esse fim os passos relativos a essa avaliação, com as notas ou conceitos alcançados pelo aluno.” (BRASIL, CEE, 2015, p. 3). Acredita-se que, desse modo, há maiores probabilidades de sucesso escolar, mediante a aplicação de diversos mecanismos avaliativos, ressaltando as diferenciações de aprendizagem.

Outro aspecto exclusivo da EJA, é em relação a reprovação em determinada etapa ou período letivo. No ensino regular a não aprovação em mais de três disciplinas, torna obrigatório o discente ter que fazer todas novamente referentes ao

ano ou série cursados. Já na EJA, conforme o artigo 13º e parágrafo único da resolução infere, “o aluno que não obtiver aprovação na etapa ou período letivo poderá cursar apenas aquelas disciplinas em que não alcançou êxito.” Assim sendo, faz com que o aluno prossiga adiante com seus estudos, sem retroceder tanto e ter que passar por todo o processo novamente.

Após algumas considerações primordiais em referência aos aspectos da EJA na letra da lei, voltadas a organização da modalidade no estado do Amapá, destaca-se em geral que, o Estado e o Brasil como um todo precisam não de novas leis ou normativas, mas de serem postas em prática essas que já foram projetadas conforme a abertura permitida pela LDB para modificações conforme o contexto situado.

As leis tão perfeitas no papel são formuladas para serem cumpridas e quando há o descumprimento, não se podem esperar os resultados advindos das ações que poderiam surtir efeito caso fossem implantadas. Se existe a normativa é porque houve necessidade e depois de ser pensada, há também a precisão de que esta seja executada. A espera por uma educação pública de qualidade, deve deixar de ser uma utopia e passar a ser encarada como obrigação do Estado que é garantida por lei.

No Amapá o EJA surgiu, de acordo com Soares et al. (2010) a educação de jovens e adultos começa a ser ofertada em 1973, na qual o Conselho de Educação do Território do Amapá –CETA, cria a resolução nº01/73, normatizando ofertas de exames de educação geral de 1º e 2º grau, na qual o estado do Amapá administrado pela União e pelo governo federal.

Desta forma, esta modalidade, desde sua criação como política pública que vem dando vez e vozes a grupos de pessoas que outrora não tinham acesso a seus direitos, e por isso, cabe destacar que um dos principais objetivos deste programa é garantir a pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso a educação, por fatores condicionantes e inerentes ao sistema vigente, como a evasão escolar na adolescência, por conta da necessidade de trabalhar e pela necessidade de sustentar famílias e ate mesmo a dificuldade de acesso a escolas e por conta da longitude de comunidades isoladas e esquecidas pelo poder público ou por conta dos problemas sociais que intensificam a evasão escolar, como bem definido pelos dados pela pesquisa de (HADDAD;DI PIERRO, 2000), na qual o pesquisador pontua algumas desvantagens sociais, bem como, trajetórias escolares irregulares, gravidez precoce, necessidade de trabalhar, entre vários outros fatores,Portanto esta modalidade de

ensino busca superar desigualdades de tratamento existentes nos sistemas sociais e principalmente educacionais.

Segundo, Freire, O Conceito de Alfabetização de jovens e adultos vai se movendo em direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer alguma exigência à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (FREIRE, 2001, p. 16). Além desta afirmação, podemos identificar a educação de jovens e adultos como uma luta por de inclusão social daqueles que durante suas vidas em particular, não tiveram o acesso a educação de qualidade ou muito menos o acesso a uma escola em seu período correto de alfabetização.

Como relata Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.70) [...] os objetivos da formação de pessoas jovens e adultas não se restringem à compensação da educação básica não adquirida no passado, mas visam a responder às múltiplas necessidades formativas que os indivíduos têm no presente e terão no futuro. Sendo tais necessidades múltiplas, diversas e cambiantes, as políticas de formação de pessoas adultas deverão ser necessariamente abrangentes, diversificadas e altamente flexíveis.

Beisiegel (1997) discorre que a EJA veio para melhor preparar esses indivíduos à participação na vida social, isso incluiria, necessariamente, seu envolvimento na luta pela afirmação dos próprios direitos. No entanto, entende-se a EJA em um sentido contraditório, uma vez que suas finalidades não condizem com as práticas e realidades vivenciadas pelos alunos.

5.2 EDUCAÇÃO HUMANIZADA

Ao falar de educação humanizada, faz necessário que é a ação ou efeito de humanizar, de tornar humano ou mais humano, tornar benévolo, tornar afável. Como relata (ALVES, 2021), que a missão do professor é provocar a leitura é provocar espanto, a curiosidade.

A humanização da educação prevê que o tempo e o ritmo de aprendizado de cada indivíduo devem ser respeitados. Ao buscar o conhecimento prévio que cada aluno traz em seu repertório, o professor ajuda a construir pontes, e fazer despertar o interesse, seja por uma ferramenta do dia a dia, ou pelo conhecimento do mundo das leituras.

E esta ideia vem da mesma fonte da metodologia Freiriana, segundo seu autor Humanização é a ação ou efeito de humanizar, de tornar humano ou mais humano, tornar benévolo, tornar afável (FREIRE, 1977). Permitindo a ele o poder de decidir, caracteriza uma sociedade não democrática, abrindo o caminho para a opressão, que fecha caminhos para os pobres, afastando destes a própria educação, na pronúncia do mundo, enquanto capacidade.

A metodologia utilizada hoje no ensino da EJA é uma metodologia em que o professor é o detentor do conhecimento e esta ali apenas para repassar esse conhecimento aos seus alunos, ou melhor, como diz Alves (2021), o professor só tem que repetir o que já vem escrito nas apostilas.

Tradicional: é a abordagem predominante no país e por isso mesmo a mais conhecida. *Nas rotinas tradicionais, o foco está no professor, que detém conhecimentos e repassa ao aluno. O estudante tem metas a cumprir dentro de determinados prazos, que são verificadas por meio de avaliações periódicas.*

Quem não atinge a nota mínima necessária no conjunto de avaliações ao longo do ano que está cursando é reprovado e tem de refazê-lo. É comum que essas escolas usem *apostilas e manuais*, que sintetizam o quanto o aluno deve aprender em cada ano. É uma filosofia que valoriza a quantidade de conteúdo ensinada. Essas instituições são voltadas para o sucesso do aluno em provas como as da ANPEC (Associação Nacional de Pós-graduação em Economia) e o mercado de trabalho profissional (COSTA,2015, P1).

Pois visando esse aspecto o Ministério da Educação reconhece que tipo de metodologia de ensino é ultrapassada.

Por muito tempo a pedagogia valorizou o que deveria ser ensinado, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano. Os fracassos escolares decorrentes da aprendizagem, das pesquisas que buscam apontar como o sujeito conhece, das teorias que provocam reflexão sobre os aspectos que interferem no ensinar e aprender, indicam que é necessário dar novo significado à unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que, em última instância, sem aprendizagem não há ensino (BRASIL, 1998. PG 71).

E mesmo oportunizando o uso de outros tipos de metodologia de ensino como a de Freire, Piaget, Montessoriano, Waldorf, e Freinet. Metodologias que tiram o professor como foco principal e os colocam como um acompanhante no vasto mundo do conhecimento da existência.

A formação do ser humano começa na família. Ali tem início um processo de humanização e libertação, e a educação devem realizar-se como prática dessa

liberdade. A educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a missão de preparar as pessoas para o exercício da cidadania.

Resultados e conclusões

Em questão o levantamento bibliográfico feito com relação a teoria e a prática ainda existe uma grande lacuna, na escola em que foi escolhida como objeto de estudo, pois a metodologia que é predominantemente é a tradicional, é uma metodologia em que o professor é o detentor do conhecimento e esta ali apenas para repassar esse conhecimento aos seus alunos, ou melhor, como diz Alves (2021), o professor só tem que repetir o que já vem escrito nas apostilas.

Com relação a pesquisa de campo consequente com o questionário e a observação no primeiro momento, observou-se que a escola não utiliza como metodologia a educação humanizada, entretanto a professora pode e tem a autonomia em sala de aula, mesmo com o planejamento que é repassado para ela seguindo uma certa ordem didática, ela consegue trabalhar os conteúdos em sala de aula de uma forma mais humanizada, incluindo o aluno como protagonista na aula, fazendo com que esse aluno se sinta importante e acolhido em sala de aula. A forma como a professora trabalha os conteúdos acaba chamando atenção dos alunos das outras fases/etapas da EJA.

Questionário aplicado para obtenção de respostas a pesquisa:

1. O que você entende por educação humanizada ?
2. A educação humanizada está sendo utilizada como uma metodologia na escola, na EJA ?
3. Você utiliza a educação humanizada nos seus planos de aula?
4. Quais os benefícios que a educação humanizada trás para a turma ?
5. Qual seu ponto de vista sobre ser aplicada a educação humanizada nos planos de aula ?
6. Você indicaria essa metodologia para que faça parte do processo de ensino/aprendizagem da escola especificamente na EJA ? Por que ?

Em todas as respostas obtidas observou-se um ponto de vista positivo com relação a educação humanizada, que por sua vez é a grande proposta do trabalho.

Uma das respostas que teve grande relevância, foi a resposta da pergunta 6, quando questionada a professora **X**, respondeu que sim, porque ela tem utilizado essa forma de ensino que é uma educação mais humanizada e tem observado que são muitos os benefícios, inclusive os alunos aprendem mais rápido e são atraídos a aprender ou seja sentem prazer, vontade de estudar, de ir para a escola, de buscar conhecimento.

Outra resposta foi sobre a pergunta 3, a resposta da professora **X**, foi sim logo percebe-se que estamos de frente com uma profissional que está pronta para aprender também, e não somente ensinar.

Com base nas respostas do questionário com as duas perguntas citadas acima e a resposta da pergunta 2, que é **não**, observa-se que na escola pesquisada não se utiliza a educação humanizada como metodologia, porém a liberdade que a escola dá aos professores em escolherem a melhor forma de abordar os conteúdos, observa-se que a escola está aberta para novas metodologias.

Com as respostas da professora **X**, sobre seu ponto de vista em relação a educação humanizada, observou-se a importância, os benefícios de se incluir a educação humanizada na EJA, tendo em vista o perfil do aluno da EJA, que como foi mencionado no texto, necessitam de uma atenção maior, um cuidado a mais, devido trazerem na sua bagagem conhecimentos já adquiridos durante sua caminhada.

O que se observou no cenário da escola durante o período da pesquisa foi que a escola não aborda em suas metodologias de ensino uma dinâmica na qual prende, chame a atenção do aluno, os conhecimentos adquiridos pelos alunos é pouco valorizado, o perfil do aluno é pouco respeitado, exceto alguns professores que ao aplicarem os conteúdos que a eles são repassados para que esses por sua vez repassem aos alunos respeitam esses aspectos.

A escola no todo precisa rever as suas metodologias, pois enquanto prevalecer a metodologia que eles utilizam nos dias atuais, a evasão continuará com altos índices, e os alunos terão pouco aprendizado, tendo em vista que o perfil do aluno, conseqüentemente suas características precisam ser respeitadas.

6. PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

PLANO DE AULA

PÚBLICO ALVO: 1º e 2º etapa da EJA – Fase 1

OBJETIVO GERAL: Trabalhar a socialização dos alunos, incluindo este como protagonista da aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Praticar resoluções de pequenos problemas de adição e subtração, para motivação e despertar o interesse quanto a subtração e adição

Introduzir a socialização entre os alunos

Mostrar ao aluno sua importância na aula, e como é acolhido na sala. Mostrar que aprendemos uns com os outros, que seu conhecimento contribui para o crescimento dos outros alunos incluindo a professora.

TEMA: Matemática

SUB-TEMA: Exercícios de adição e subtração com resolução no quadro

TEMPO DE AULA: 50 minutos

METODOLOGIA: Organizar as cadeiras como em uma roda de conversa, o nome dos alunos estarão em pequenas fichas dentro de uma caixa a professora pegará o primeiro nome e os outros alunos serão chamados pelo aluno que tiver no quadro no final de sua participação, quando tirar outro nome da caixa. Cada aluno individualmente deverá ir até o quadro, e com a ajuda dos colegas, que estarão ajudando o coleguinha a resolver o problema em conjunto, a professora fará no quadro um problema de adição ou subtração, eles se sentirão como protagonista pois eles serão os responsáveis por encontrar a solução do problema cada aluno terá seu momento de participação na aula para que este se sinta incluído como protagonista da aula, trazendo um ambiente um pouco mais descontraído, e ao mesmo tempo aprenderão a matemática que muita das vezes é considerada por eles como uma grande barreira, vilã, aprenderão uns com os outros brincando.

O principal objetivo é trabalhar a socialização dos alunos, incluindo este como protagonista; a socialização será através da resolução do problema uma vez que os alunos estarão buscando a solução do problema uns com os outros trabalhando em grupo, um momento de colaboração entre eles, e o protagonismo por ser o aluno que colocará o resultado no quadro.

Na escola o detentor do conhecimento é o professor e os alunos dificilmente vão até o quadro para resolver algo, normalmente eles retiram o que está no quadro.

É uma metodologia que podemos ver a inclusão do aluno, pois este por sua vez terá contato com o quadro, se sentindo um participante ativo da aula, podendo sentir que pode ensinar também, como foi citado no objetivo geral, fazer com que o aluno se sinta protagonista na aula, se sinta importante, incluído, acolhido.

É uma dinâmica humanizada, pois o aluno passará seu conhecimento, aprenderá com os colegas, e estará sendo incentivado a continuar pois seu conhecimento também será importante para os demais.

AVALIAÇÃO: Avaliar a participação do aluno, e a cooperação dos colegas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta para combater e erradicar o analfabetismo no País, em comparação com alguns países notadamente de primeiro mundo, teve início muito tardiamente. Pode-se até afirmar que começou em meados de 1934, ou um pouco antes, foi mencionada na Constituição Federal de 1934. De lá até aos dias atuais, muitas mobilizações da sociedade com os governos foram esboçadas com a intenção de acabar como analfabetismo, sem que, entretanto, isso se tornasse realidade plenamente.

Podemos citar algumas tentativas do governo benefício da erradicação do analfabetismo no Brasil: o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; Campanha de Educação Rural que ocorreu em 1952; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, e que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, oportunizando conduzir o indivíduo adquirir técnicas de leitura e escrita para integrá-lo na comunidade, uma melhor condição de vida ao concluir os estudos.

Posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi estruturado o Programa Alfabetização Solidária e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil Alfabetizado. Entretanto, temos índices preocupantes de analfabetismo atualmente: segundo o IBGE (2017) a taxa de analfabetos representa 11,5 milhões de pessoas que não sabem ainda escrever e tão pouco lerem. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%) (IBGE/INEP, 2017), como já ditos antes.

Apesar de tudo, a luta continua e podemos contar com a EJA – Educação de Jovens e Adultos, cuja faixa etária prevista pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (Lei nº 9.394/96), é de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. A EJA se configura como um projeto de combate ao analfabetismo por excelência, devendo ser prestigiado e nunca negligenciado pelo governo. Este programa alcança também as pessoas da terceira idade, aqueles que já têm mais de 60 anos.

Lidar com educação, inclusão e humanidades requer atenção e cautela com relação às políticas públicas existentes no contexto brasileiro, pois as três áreas se encontram em ambientes distintos; O processo de inclusão e do ser humano para com o outro não deve ser abordado apenas no domínio da sala de aula, mas numa sociedade em geral onde o interesse próprio é muitas vezes o que diz respeito, para além da fronteira do outro, ocupando espaços que logicamente, não só as crianças, mas qualquer pessoa com necessidades especiais deve ter como cidadão.

Observou-se na escola que foi objeto de estudo da pesquisa de campo que sua metodologia em si não acolhe o aluno, muitos passam despercebidos pelo olhar da direção, a inclusão é pouco trabalhada em sua metodologia, salvo alguns professores que buscam conhecimentos contínuos, com isso em algumas turmas vemos a inclusão, porém na escola de um modo geral não se vê. Dessa forma a evasão na EJA na escola é muito alta, as metodologias aplicadas são as tradicionais, que por sua vez afasta os alunos da escola.

Muitas mudanças precisam serem abordadas para evitar a desistência do aluno como por exemplo: trabalhar a inclusão, suas metodologias precisam ser atualizadas, para poder prender a atenção do aluno na escola, e dessa forma diminuir a desistência.

Incluir a educação humanizada na EJA especificamente na primeira fase é de suma importância para a sociedade tendo em vista a situação atual, podendo trazer muitos benefícios não só para a escola como também para a comunidade no geral, pois um ambiente acolhedor onde quer que esteja, trás mais segurança para o aluno, e também no modo geral.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Educação humanizada**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QfC1U2WXZd0> Acessado em: 01/02/2022
- AMORIM, A; MUTIM, A. L. B. **Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- ARROYO, M. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2012.
- BEISIEGEL, C. de R. A políticas de educação de adultos: analfabetismo do Brasil. São Paulo: **Vozes**, 1997.
- Brandolt, Thelma Duarte Delgado. **(Re) construção de conhecimentos dos alunos da educação de jovens e adultos por meio do educar pela pesquisa** / Thelma Duarte Delgado Brandolt. – Porto Alegre, 2013.
- BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO As diretrizes curriculares Nacionais para educação de Jovens Adultos** (CEB nº 11/2000 aprovado em 10 de maio de 2000). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf Acessado em: 01/02/2022
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF. INEP, 2021.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. 174 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> Acessado em: 02/02/2022
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final** (de) Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.
- CARNEIRO. Moacyr Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2012.

CASTRO NEVES, p. 34, 2003).

COSTA, Fernando Nogueira da. **Métodos de Ensino: Há Alternativas ao Ensino Tradicional?** 2015. Disponível em:

<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/09/24/metodos-de-ensino-ha-alternativas-ao-ensino-tradicional/> Acessado em: 02/02/2022

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Massagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos CEDES, Campinas, v.21, n.55, nov. 2001. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqgQ/?lang=pt> Acessado em: 03/02/2022

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. Campinas-SP: **Economia e Sociedade**, v.16, n.1, abr. 2007.p. 1-19.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL (2002, p. 45): pesquisa bibliográfica

GONSALVEZ (2001, p. 67): pesquisa de campo

GRIFFANTE, Adriana I. et. al. **Os desafios da EJA e sua relação com a evasão**.

In: XIII Seminário Escola e Pesquisa: um encontro possível. Caxias do Sul, RS. Universidade de Caxias do Sul, 2013. p. 1-13. ISSN: 2176-1434.

HADDAD, S., 01 PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, maio - ago., n.14, p.108-130, 2000.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Revista Cadernos CEDES**. Campinas: UNICAMP, n. 55, p. 30-41, 2001.

IBGE/INEP, 2017

JULIÃO, Elionaldo Fernandes et. al. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB. In: **Revista Unisul**, v.11, n. 19, p. 40 - 57, 2017.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: **Perspectiva**, 1982.

LIBÂNIO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, J. S.; SILVA, M. S.; SANTOS, C. L. N. dos. **Gestão e qualidade na EJA:** contribuições para pensar a escola de jovens e adultos. In: AMORIM, A. FERREIRA, M. da C. A.; ALVES, E. V. (Orgs.). Gestão escolar, políticas públicas, projeto pedagógico em Educação de Jovens e adultos: os caminhos transformadores da qualidade da escola pública da EJA. Salvador: EDUNEB, p. 69-81, 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. Educação de Jovens e Adultos: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)**, v. 5, mar. 2005.

LUCK, H. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2014

LÜCK, Heloisa. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 7-10, fev./jun. 2000.

OSTROVSKI, Crizieli Silveira; CORREIA, IIZélia Delgado. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EVASÃO ESCOLAR: ANÁLISE E PROPOSIÇÃO**. 2018. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:NPLZR-_cURQJ:https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2611_1290.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acessado em: 04/02/2022

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo/Brasília: **Cortez/UNESCO**, 2002.

OSTROVSKI, Crizieli Silveira, CORREIA, Zélia Delgado. **Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: análise e proposição**. In: Educação: Teoria e Prática. Rio Claro, SP. v. 28, n.57, jan./abr. 2018. p. 23-40. ISSN: 1981-8106.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5º Ed. São Paulo: **Loyola**, Ibrades, 1987.

PELIZZARI, Adriana et. al. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. In: **Revista PEC**. Curitiba, PR. v.2, n.1, jul. 2001-jul. 2002.p.37-42.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo. **Editora Cortez**, 2010.

PIO, Paulo Martins, CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de, MENDES, José Ernandi. Práxis e a prática educativa em Paulo Freire: Reflexões para a formação e a docência. In: Didática e Prática de Ensino na relação com a formação de professores. Universidade Estadual do Ceará: **EdUECE**, livro 2. p. 1-12.

SANTOS, Robson dos. Jovens e adultos com baixa escolaridade, oferta de EJA e desigualdades nas chances de conclusão do ensino fundamental e do médio. In: Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais / Alvana Maria Bof ; Adolfo Samuel de Oliveira (organizadores). – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. p. 143-174.

SOARES, TALES M. et al. Combinação de águas doce e salobra para produção de alface hidropônica. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.14, n.7, p. 705-714, 2010.

SOUZA, Thiana do Eirado Sena de, et.al. **O processo histórico de Consolidação da Educação de Jovens e Adultos: As políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito a educação**. Bahia: UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012? p. 1-15.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO USADO PARA OBTER RESPOSTAS A PESQUISA

7. O que você entende por educação humanizada ?
8. A educação humanizada está sendo utilizada como uma metodologia na escola, na EJA ?
9. Você utiliza a educação humanizada nos seus planos de aula?
10. Quais os benefícios que a educação humanizada trás para a turma ?
11. Qual seu ponto de vista sobre ser aplicada a educação humanizada nos planos de aula ?
12. Você indicaria essa metodologia para que faça parte do processo de ensino/aprendizagem da escola especificamente na EJA ? Por que ?